


ENC: Assunto: Apoioamento à PEC 13/2021 e Emenda – Mínimo Educacional

Marcelo de Almeida Frota

ter 17/08/2021 10:05

Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>;

 1 anexo

Of_ C_Senado_ PEC13-2021.pdf;

De: Sen. Rodrigo Pacheco

Enviada em: segunda-feira, 16 de agosto de 2021 15:30

Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>

Assunto: ENC: Assunto: Apoioamento à PEC 13/2021 e Emenda – Mínimo Educacional

De: Assessoria Parlamentar [<mailto:assessoriaparlamentar@cnm.org.br>]

Enviada em: segunda-feira, 16 de agosto de 2021 15:04

Assunto: Assunto: Apoioamento à PEC 13/2021 e Emenda – Mínimo Educacional

Assunto: Apoioamento à PEC 13/2021 e Emenda – Mínimo Educacional

Senhor(a) Senador(a),

1. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) renova cordiais cumprimentos a Vossa Excelência e, em representação ao movimento municipalista, solicita apoioamento na aprovação da PEC 13/2020, que retira as penalidades para os Entes que não atingiram os 25% da Educação em 2020, bem como a emenda que estende os efeitos para 2021 e retira as penalidades também para os entes que não atingirão os 70% para remuneração aos profissionais da educação, especialmente em 2021.

Assessoria Parlamentar

Confederação Nacional de Municípios - CNM

Telefone: (61) 2101-6073 | Fax: (61) 2101-6008

Acesse o nosso site: www.cnm.org.br

Circular nº 56/2021_CNM/BSB

Brasília, 16 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a) Senador(a)
Senado Federal
Brasília - DF

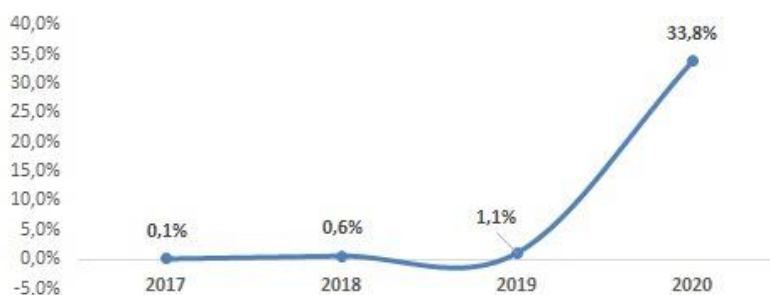
Assunto: Apoioamento à PEC 13/2020 e Emenda – Mínimo Educacional

Senhor(a) Senador(a),

1. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) renova cordiais cumprimentos a Vossa Excelência e, em representação ao movimento municipalista, solicita apoioamento na aprovação da PEC 13/2020, que retira as penalidades para os Entes que não atingiram os 25% da Educação em 2020, bem como a emenda que estende os efeitos para 2021 e retira as penalidades também para os entes que não atingirão os 70% para remuneração aos profissionais da educação, especialmente em 2021.

2. Os municípios não conseguiram atingir estes percentuais em razão da suspensão das aulas em decorrência da pandemia de Covid-19, Nosso levantamento aponta que um número significativo de municípios (33,8%) não estará apto a receber transferências voluntárias, inclusive emendas parlamentares, durante todo o ano de 2021 e provavelmente 2022. Uma vez que o item 4.2 do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) prevê a negativação do Ente por não cumprimento do mínimo. Também os gestores em exercício em 2020 e 2021 serão responsabilizados pelos tribunais de contas, mesmo com o fato gerador desta situação ser de força maior e fora de seu controle.

Percentual dos Municípios que não alcançaram percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE



* Para o ano de 2020 os dados são preliminares (5º bimestre/2020)
* Os percentuais são referentes aos municípios que informaram os dados no Siope

3. Conforme podemos observar no gráfico acima, retirados do Siope, temos uma explosão em 2020 do número de municípios que não atingiram o mínimo. Por isso, o movimento municipalista solicita critérios excepcionais para situações excepcionais. Em anexo, apresentamos os dados absolutos por unidade da federação, entre os anos 2017 e 2020. O motivo desta explosão de casos

se deve às circunstâncias atípicas e de excepcionalidade que impactaram diretamente a execução das políticas públicas em educação, por força da suspensão das aulas.

4. Neste sentido, solicitamos também a subscrição de emenda (**SEDOL: SF/21839.00325-21**) do senador Lasier Martins (PODEMOS/RS) à PEC nº 13 de 2021 que trata de estender para o ano de 2021, a desobrigação da aplicação dos percentuais mínimos constitucionais de ensino, em razão do desequilíbrio fiscal orindo da pandemia para o ano de 2020.

2. Na expectativa do deferimento deste pleito, contamos com vosso apoio e disponibilizamos o telefone (61) 2101-6073 e o e-mail: assessoriaparlamentar@cnm.org.br.

Atenciosamente,



Paulo Ziulkoski
Presidente CNM

Circular nº 56/2021_CNM/BSB

Brasília, 16 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a) Senador(a)
Senado Federal
Brasília - DF

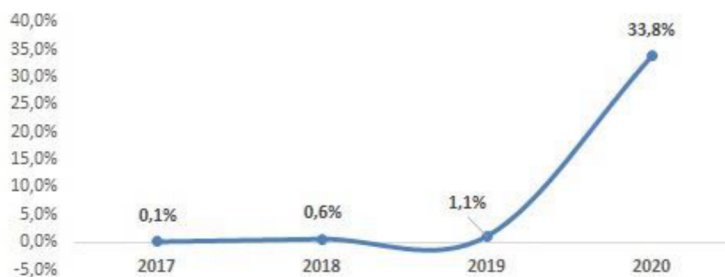
Assunto: Apoio à PEC 13/2020 e Emenda – Mínimo Educacional

Senhor(a) Senador(a),

1. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) renova cordiais cumprimentos a Vossa Excelência e, em representação ao movimento municipalista, solicita apoio na aprovação da PEC 13/2020, que retira as penalidades para os Entes que não atingiram os 25% da Educação em 2020, bem como a emenda que estende os efeitos para 2021 e retira as penalidades também para os entes que não atingirão os 70% para remuneração aos profissionais da educação, especialmente em 2021.

2. Os municípios não conseguiram atingir estes percentuais em razão da suspensão das aulas em decorrência da pandemia de Covid-19. Nosso levantamento aponta que um número significativo de municípios (33,8%) não estará apto a receber transferências voluntárias, inclusive emendas parlamentares, durante todo o ano de 2021 e provavelmente 2022. Uma vez que o item 4.2 do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) prevê a negativação do Ente por não cumprimento do mínimo. Também os gestores em exercício em 2020 e 2021 serão responsabilizados pelos tribunais de contas, mesmo com o fato gerador desta situação ser de força maior e fora de seu controle.

Percentual dos Municípios que não alcançaram percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE



* Para o ano de 2020 os dados são preliminares (5º bimestre/2020)

* Os percentuais são referentes aos municípios que informaram os dados no Siope

3. Conforme podemos observar no gráfico acima, retirados do Siope, temos uma explosão em 2020 do número de municípios que não atingiram o mínimo. Por isso, o movimento municipalista solicita critérios excepcionais para situações excepcionais. Em anexo, apresentamos os dados absolutos por unidade da federação, entre os anos 2017 e 2020. O motivo desta explosão de casos

se deve às circunstâncias atípicas e de excepcionalidade que impactaram diretamente a execução das políticas públicas em educação, por força da suspensão das aulas.

4. Neste sentido, solicitamos também a subscrição de emenda (**SEDOL: SF/21839.00325-21**) do senador Lasier Martins (PODEMOS/RS) à PEC nº 13 de 2021 que trata de estender para o ano de 2021, a desobrigação da aplicação dos percentuais mínimos constitucionais de ensino, em razão do desequilíbrio fiscal orindo da pandemia para o ano de 2020.

2. Na expectativa do deferimento deste pleito, contamos com vosso apoio e disponibilizamos o telefone (61) 2101-6073 e o e-mail: [assessoria@parlamentar@cnm.org.br](mailto:assessoria@parlamentar.cnm.org.br).

Atenciosamente,



Paulo Ziulkoski
Presidente CNM

Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (mínimo de 25% para estados, DF e municípios)

UF	2017			2018			2019			2020 (ref. 5º bim)		
	< 25%	25%	> 25%	< 25%	25%	> 25%	< 25%	25%	> 25%	< 25%	25%	> 25%
AC	-	-	22	1	-	21	-	-	18	7	-	8
AL	-	-	100	-	1	93	-	1	85	13	-	37
AM	-	1	61	-	-	60	-	-	53	9	-	12
AP	-	-	16	-	-	16	-	-	14	1	-	-
BA	-	2	415	-	4	408	1	-	394	92	1	181
CE	-	2	182	-	-	184	-	2	182	27	-	126
ES	-	1	77	-	-	75	-	-	70	27	-	19
GO	-	3	242	-	1	242	1	2	232	23	-	138
MA	-	-	215	1	2	212	-	-	208	18	1	105
MG	-	2	851	1	-	848	8	5	831	340	-	315
MS	-	1	78	-	-	79	-	-	78	24	-	51
MT	-	-	140	1	-	138	-	1	135	35	-	74
PA	-	-	138	1	1	120	4	1	97	15	-	28
PB	-	-	221	-	2	215	5	2	202	10	-	117
PE	1	1	181	1	1	180	4	-	175	53	1	91
PI	1	-	219	4	-	210	1	-	201	17	-	74
PR	-	1	395	3	1	386	2	1	382	111	-	220
RJ	-	2	88	2	1	83	2	-	80	16	-	38
RN	1	1	163	3	1	158	9	-	147	25	-	83
RO	-	-	52	-	-	52	-	-	50	16	-	26
RR	-	-	15	-	-	15	1	-	11	4	-	4
RS	1	2	494	7	6	484	3	2	486	169	2	281
SC	-	-	295	-	1	294	-	2	292	109	1	152
SE	1	-	74	1	1	72	2	-	64	7	-	45
SP	-	-	643	4	1	630	14	1	608	159	1	349
TO	-	1	138	2	1	135	3	-	134	24	-	68
BR	5	20	5.515	32	25	5.410	60	20	5.229	1.351	7	2.642

Fonte: SIOPE/FNDE



SENADO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 1471.2021-PRESID

Brasília, 19 de agosto de 2021.

Ao Senhor

Paulo Ziulkoski

Presidente da Confederação Nacional de Municípios-CNM

presidente@cnm.org.br

Assunto: PEC nº 13, de 2020.

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e, por sua incumbência, venho acusar o recebimento do vosso expediente, datado de 16 de agosto do ano corrente, e apresentar, de sua parte, manifestação de agradecimento pela contribuição para o bom debate democrático, o que em muito enriquece os trabalhos deste Senado Federal.

2 O entendimento dessa Confederação foi remetido à Secretaria Geral da Mesa, para fins de ciência e eventual encaminhamento à Comissão atinente, mencionando que a Casa também possui, como mecanismo para o exercício da prática democrática, o portal e-Cidadania <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/sobre>, que dispõe de ferramentas para o envio de ideias legislativas, para a participação interativa em audiências públicas e para a consulta pública sobre proposições legislativas. Ao utilizar e divulgar o portal e-Cidadania, estimula-se a maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação desta Casa Legislativa.

3 Por fim, reitera-se que o Senado Federal permanece ao alcance da população para o diálogo e para a busca da melhor condução dos temas de interesse da nação.

Atenciosamente,

João Batista Marques

Chefe de Gabinete

(Assinado digitalmente)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO 48/2021

Juntem-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PLP nº 9 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.070583/2021-41
2. PDL nº 342 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.078729/2021-04
3. PL nº 2505 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.078725/2021-18
4. PL nº 2112 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.073811/2021-34
5. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.079515/2021-47
6. PEC nº 18 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.082661/2021-50
7. PL nº 1951 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.082661/2021-50
8. PL nº 709 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.082854/2021-19
9. PEC nº 13 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.084094/2021-76
10. PL nº 709 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.082854/2021-19
11. PLP nº 108 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.084962/2021-18
12. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.083824/2021-11
13. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.083822/2021-22
14. PDL nº 342 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.083821/2021-88
15. PL nº 2634 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.083787/2021-41
16. PDL nº 342 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.083799/2021-76
17. PL nº 2753 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.084955/2021-16
18. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.084957/2021-13
19. PLC nº 151 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.084527/2021-93
20. PLP nº 108 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.084961/2021-73
21. MPV nº 1061 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.084954/2021-71
22. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.085568/2021-05
23. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.085565/2021-63
24. VET nº 42 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.085563/2021-74
25. PLP nº 2634 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.086005/2021-26



26. PLP nº 73 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.066963/2021-81
27. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.072559/2021-46
28. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.079515/2021-47
29. PL nº 3242 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.086803/2021-58
30. PL nº 2634 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.086626/2021-18
31. PLC nº 151 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.0871182021-49
32. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.087124/2021-04
33. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.086226/2021-02
34. MPV nº 1040 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081047/2021-71
35. MSF nº 35 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.080714/2021-06
36. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.083931/2021-40
37. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.084503/2021-34
38. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.084960/2021-29
39. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.083393/2021-93
40. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.084958/2021-50
41. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.083815/2021-21
42. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.086624/2021-65
43. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.086246/2021-75
44. PDL nº 342 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.086591/2021-17
45. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.086248/2021-64
46. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.086596/2021-31
47. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.087099/2021-51

Secretaria-Geral da Mesa, 26 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)

JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS

Secretário-Geral da Mesa Adjunto

